

Análise da precisão e da independência do jornalismo ambiental na Amazônia¹

Allan Soljenítsin Barreto RODRIGUES²

Universidade Federal do Amazonas, AM

Resumo

Esta paper apresenta alguns dos resultados obtidos na tese de doutorado “Jornalismo e meio ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus”, que teve como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas na Amazônia nos anos de 2005 e 2010 realizada pelos dois principais jornais de Manaus. A investigação apontou a pouca contribuição da cobertura jornalística para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da Amazônia sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. Este paper apresenta as fragilidades detectadas na cobertura nas categorias de análise da precisão e da independência e propõe caminhos para qualificar o conteúdo informativo acerca da questão ambiental e seus desdobramentos na Amazônia.

Palavras-chave: Jornalismo; Amazônia; Seca; Eventos Climáticos Extremos.

1 – O método da pesquisa:

A metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos quali-quantitativos. Utilizamos a análise de conteúdo, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). O método qualitativo é aplicado na análise de entrevistas em profundidade com jornalistas, leitores qualificados e fontes. Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias sobre as secas de 2005 e 2010. Esta pesquisa lançou mão da análise de conteúdo pelo fato de ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos.

Amparada nos pressupostos descritos acima, procedemos à análise do conteúdo jornalístico publicado nos jornais A Crítica e Diário do Amazonas sobre as secas de 2005 e 2010. A escolha destes periódicos diários deu-se pelo fato de serem o primeiro e o segundo de maior circulação no Amazonas respectivamente. O método consistiu no recolhimento e análise de 112 textos jornalísticos publicados de agosto a dezembro dos anos em que

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), email: allan30@gmail.com

ocorreram os fenômenos (51 referentes à seca de 2005 e 61 à seca de 2010) nos jornais A Crítica (28 matérias em 2005 e 41 em 2010) e Diário do Amazonas (23 matérias em 2005 e 20 em 2010) com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Os critérios adotados na seleção dos textos estão centrados no fato de esses trazerem as palavras-chave seca, estiagem ou vazante; terem sido publicados no 2º semestre dos anos de 2005 e 2010 (período da vazante dos rios na Amazônia); e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). O objetivo da análise foi verificar a qualidade da informação científica e ambiental da cobertura jornalística das secas de 2005 e 2010 feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas, seu o corpus foi exposto no parágrafo anterior e a escolha das categorias de análise baseou-se nos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental e nas premissas para a categorização da análise de conteúdo. As categorias definidas foram: precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização. Após o estabelecimento das categorias de análise, elaboramos um formulário contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuíam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental. As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria. Neste paper, apresentaremos apenas os resultados referentes as categoria precisão e independência

Por meio da análise de conteúdo das reportagens sobre as secas de 2005 e 2010 foi possível traçar um quadro sobre a cobertura dos fenômenos frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental, bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias (repórteres e fontes). No entanto, o estudo focado só nas mensagens (matérias) não oferece elementos suficientes para o conhecimento da lógica organizacional por trás da produção das mensagens (SHOEMAKER e REESE, 1996) e nem dos *feedbacks* das fontes e dos leitores. Segundo Laswell (1936), a análise de conteúdo descreve com objetividade e precisão apenas o que é dito sobre um determinado tema, num determinado lugar e num determinado espaço.

Acreditamos que esta pesquisa avança em não restringir-se ao estudo apenas da mensagem, restrito ao pólo emissor, como faz a maior parte dos estudos de jornalismo comparado que consultamos. Para dar conta dos objetivos traçados, focamos o processo de

comunicação estabelecido entre os jornais e seus leitores de forma mais ampla. Para tanto, também lançamos mão do método qualitativo das entrevistas em profundidade com os jornalistas envolvidos na produção, revisão e aprovação dos textos, com as fontes que os alimentaram de sentidos e leitores qualificados (cientistas, sociedade civil organizada e tomadores de decisões públicas). Para Weber (1990), a combinação operacional de aspectos qualitativos e quantitativos produz os melhores estudos de análise de conteúdo em textos. A necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que os textos sobre as secas de 2005 e 2010 não podem ser compreendidos fora do seu contexto.

2 - A precisão da cobertura:

A análise sob a ótica da categoria da precisão nos permitiu averiguar por meio da análise de conteúdo e das entrevistas a veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as causas e consequências das secas de 2005 e 2010 e se houve sensacionalismo. Trataremos agora de cruzar os dados aferidos na análise de conteúdo com os relatos captados nas entrevistas para não somente indicar possíveis desvios, mas compreender o processo de produção das notícias e, a partir daí, buscar caminhos para melhorar a qualidade das informações científicas e ambientais das coberturas jornalísticas sobre eventos climáticos extremos na Amazônia. As análises levarão em conta os dados gerais das duas coberturas, pois os resultados alcançados por meio da análise dos textos e nas entrevistas não apontam diferenças entre os dois períodos em nenhuma das categorias estabelecidas.

Os resultados da análise de conteúdo das reportagens das secas de 2005 e 2010 no âmbito da categoria de análise da precisão mostraram que o foco principal das coberturas foram as suas consequências, os dramas vividos pelas populações atingidas e as ações governamentais de mitigação dos impactos sociais dos fenômenos. Do total de matérias publicadas pelos dois jornais, o tema principal em 63,4% foram os relatos de como a vazante isolou comunidades, afetou o abastecimento de água potável, fechou portos, prejudicou o transporte escolar, dificultou o comparecimento de eleitores às seções eleitorais nas eleições de 2010, limitou o trabalho dos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2005, dificultou a navegação pelos rios da Amazônia e, conseqüentemente, o transporte de cargas e passageiros em todo o Amazonas e alguns Estados vizinhos. A mortandade de peixes em lagos com pouco oxigênio nas águas, a

chegada de alimentos e de combustíveis às sedes municipais e as diversas ações governamentais para mitigar o sofrimento dos atingidos também tiveram destaque nas páginas de A Crítica e do Diário do Amazonas.

Enfocar apenas as consequências e abordar em pequena escala as causas das Secas de 2005 e 2010 afeta a precisão da cobertura. Bueno (2007, p.41) assinala que a pauta ambiental “deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular e não, de uma teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente”. Focar as coberturas só nas consequências não contribui, por exemplo, para que as populações possam entender as razões dos eventos climáticos extremos e, conseqüentemente, se prepararem para possíveis repetições no futuro. Isso nos remete ao princípio do jornalismo de lealdade ao interesse público, pois a escolha por um enfoque nas consequências está vinculada a busca por mostrar os aspectos mais dramáticos do acontecimento com objetivo de potencializar as vendas e atender às necessidades dos jornais enquanto empresas capitalistas. No entanto, é possível ir além desses interesses imediatos dos patrões e ainda assim alavancar o sucesso financeiro dos patrões oferecendo matérias com conteúdos mais amplos (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

Apesar da predominância das consequências das secas nos dois matutinos pesquisados, tanto em 2005 quanto em 2010 as abordagens foram diferentes. O jornal A Crítica, seguindo a tendência dos demais veículos locais e nacionais, apostou em uma cobertura na qual o fenômeno foi encarado como atípico e enviou seus repórteres e fotógrafos a alguns municípios afetados para retratar o sofrimento das pessoas atingidas pelos fenômenos. A cobertura fotográfica de A Crítica e as histórias contadas pelos repórteres abasteceram os leitores com imagens de barcos encalhados, lagos secos, peixes morrendo sem oxigênio, ribeirinhos caminhando sobre a “terra rachada” e relatos de pessoas sobre as dificuldades para conseguir água potável, alimentos e as histórias de quem tinha naquele momento que percorrer longas distâncias a pé por leitos onde antes navegavam com seus barcos e canoas a caminho das escolas e das sedes municipais. Os anúncios de ações governamentais, o monitoramento da cota dos rios, as atividades da Defesa Civil e a visita de políticos das esferas estadual e federal também compuseram o mosaico da cobertura de A Crítica. Por outro lado, o Diário do Amazonas tomou a decisão editorial de dispensar menos espaço aos desdobramentos das secas, focou suas matérias

apenas na capital e posicionou-se de maneira reticente sobre os eventos serem realmente algo inédito na região que merecessem grande repercussão da imprensa. Vejamos:

O que teve foi uma percepção de que era um acontecimento que merecia um acompanhamento diário e alocamos dois repórteres para acompanhar. E partir desse acompanhamento decidimos questões pontuais. No começo não tínhamos a percepção que seria uma coisa histórica. A partir daí nos reforçamos a coisa de ter essa pauta todos os dias no jornal e incitar os repórteres a ir atrás dos fatos. Foi mais uma coisa de agir a partir dos acontecimentos (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Todos os eventos extremos aqui são usados pelos nossos políticos para cometer crimes. Tivemos casos de superfaturamento de cestas básicas. Eles aproveitam a brecha que a lei permite para cometer desvio de dinheiro público. Esse ano (2010) a seca não chegou nem perto do extremo e o rio começou a subir e mesmo assim teve prefeito que se aproveitou. Se você for buscar de 2005 pra cá, nada de importante de infraestrutura para aquelas pessoas que sofreram com a seca foi feito. Outra crítica que faço é que a cobertura nacional sempre mostra a seca como se o caboclo não soubesse como lidar com ela. Eu acredito que as pessoas estão vivendo aqui há séculos e sabem viver com esta natureza. Não fizemos cobertura de sofrimento das pessoas porque a gente não acreditava que aquilo era um aproveitamento político, eleitoral e econômico. Não abusamos porque se o fizéssemos estaríamos corroborando com esse discurso que beneficia esses políticos (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Apesar da predominância das consequências das secas nas coberturas, os periódicos pesquisados, contrariamente às coberturas feitas por veículos nacionais e internacionais, não apresentaram os eventos climáticos extremos como resultados das mudanças climáticas globais. Em apenas 3,6% das matérias as mudanças climáticas globais são citadas, ficando atrás de outras possíveis causas, como o fenômeno El Niño³, que aparecem em 14,3% dos textos. Questionados em relação a este dado, os dirigentes das redações, responsáveis em última instância pela manutenção das linhas editoriais e decisões a respeito dos rumos de uma cobertura, se demonstraram céticos em relação às vazantes serem fruto das mudanças climáticas globais. Os três jornalistas entrevistados demonstram preocupação com a veracidade dos fatos noticiados e com a possibilidade de embarcar numa linha

³El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais no oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, e afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias.

sensacionalista, que atribuem à imprensa nacional e internacional, ao divergirem sobre as explicações para os eventos climáticos extremos:

O que dá pra perceber diante dos dados disponíveis é que há uma necessidade de aprofundamento científico sobre o tema. Esse aprofundamento seria para definir qual a real situação do planeta. Com isso, eu não quero dizer que o problema não existe. A questão do aquecimento global na Amazônia aponta para um provável desfecho caso não sejam tomadas as devidas precauções em relação a um projeto de sustentabilidade. A meu ver também existem outras questões, como a política. Da política mundial por mercado, pelo uso de fontes de energia e mudança de energia. A Amazônia, por ser uma região sensível ecologicamente acaba entrando nessa discussão por conta de todas estas questões. Quando eu estava no jornal e até como leitor eu procurava contextualizar essas questões para estabelecer nossas estratégias de cobertura. E como leitor procuro estabelecer essas margens em torno do problema central que é a questão amazônica. Concordo que o problema existe e que é fundamental (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

O fato é que a vazante e a cheia são períodos cíclicos, ou seja, acontecem todos os anos na região. Isso faz parte, e, aliás, é bom que continue fazendo parte. Eu percebi sensacionalismo na imprensa que não é daqui. A imprensa nacional trabalhou isso muito próximo do espetáculo, como uma coisa para saltar aos olhos do leitor. Para o leitor comprar primeiro com os olhos. Parte disso pelo desconhecimento do jornalista que não é daqui. E segundo, pelo sensacionalismo mesmo (Hudson Braga. Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 09.12.2011).

Acho que jornalista tem que ser desconfiado de tudo. Eu sempre vou querer contrapor. Até hoje nenhuma versão me convence. Como não sou especialista não posso dizer que existe ou não aquecimento global. Quando se fala em aquecimento global não se fala que aumentou a atividade vulcânica no fundo do oceano. Só se coloca como fruto da atividade humana. Dados do governo e das ONG's dão conta que só 27% do aquecimento é causado por atividades econômicas. Eu desconfio de todas as versões, o que não quer dizer que não faço a minha parte como pessoa economizando água, energia e defendendo o uso de bicicletas. Eu não acredito que a seca e a cheia tiveram como causa a atividade humana. Eu tenho um pequeno barco e ando no rio negro a 15 anos e tenho alguma experiência com os caboclos. Em 1963 não se falava em aquecimento e tiveram seca e cheia extrema. Não quero dizer que a atividade humana não tenha impacto sobre a natureza. Como jornalista tenho que botar todas as informações e não apenas um ponto de vista (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário

do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Ao contrário do cuidado em não supervalorizar os fatos da seca e também não seguir a linha dos veículos nacionais e internacionais relacionando-a as mudanças climáticas num primeiro momento, a divergência de opiniões entre as cúpulas das redações, interessante para os leitores interessados em formar opinião, teve espaço reduzido na produção jornalística. Os jornais trataram muito pouco de explicar quais as possíveis causas de tantos males e dramas retratados em suas páginas, principalmente em A Crítica. Em toda a cobertura, apenas 3,6% do material jornalístico produzido pelos dois matutinos pesquisados dedicou atenção à busca por explicações para os fenômenos que afetavam milhares de pessoas no interior do Estado e que mobilizavam autoridades das esferas públicas municipais, estaduais e federais com liberações de recursos públicos consideráveis, por exemplo, para compra de cestas básicas, construção de poços artesianos e distribuição de filtros purificadores de água. Chama a atenção que 82,1% das matérias não fazem qualquer referência a possíveis causas para as secas de 2005 e 2010. Para fontes e leitores qualificados da comunidade científica ouvidos nesta pesquisa, não há precisão nas coberturas na medida em que as matérias oferecem aos leitores informações fragmentadas e sem a devida correlação de causas e efeitos. A saber:

O problema maior é colocar as partes mais dramáticas e não explicar as causas para as pessoas entenderem o que está acontecendo. E não posso obrigar a imprensa a publicar tudo que digo numa entrevista (Philip Martin Fearnside. Pesquisador do INPA, estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974 e uma das fontes citadas na cobertura da seca de 2005).

Poucas matérias trouxeram informações mais científicas das causas da seca de 2010. Depois da seca ter ocorrido, a imprensa local reagiu a matérias publicadas em outros veículos, principalmente informações divulgadas pelo INPE. Uma das matérias, não muito grande, que apareceu na A Crítica em novembro ou dezembro, confunde mais do que explica. Isso no primeiro dia. No segundo dia, ela traz mais informações e já explica melhor o que poderia ter acontecido e qual seria a causa. Então, a gente nota que ainda há um despreparo dos jornalistas que atuaram nesta área em decodificar e transmitir a informação científica de maneira clara e correta. As vezes ela nem é correta (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do Programa LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

A cobertura das secas de 2005 e 2010 não parece aos leitores e nem às fontes entrevistadas ter comprometido a veracidade dos fatos enveredando pela distorção deliberada no intuito de torná-los mais dramáticos com fins de aumentar as vendas dos jornais, o que Bucci (2000, p.30) situa no campo do chamado sensacionalismo e classifica como “uma mentira deslavada e consciente”. Ao dedicar espaço às explicações dos fenômenos inversamente proporcional ao dedicado aos relatos de seus impactos e dramas, as redações esqueceram-se que para a sociedade a informação sobre acontecimentos da monta de eventos climáticos extremos tem o peso adicional de dizer algo sobre a forma como podemos nos preparar para evitar novos problemas decorrentes deles. “Aí reside o que deveria ser um centro nervoso de uma cobertura jornalística sobre situações desse tipo” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 70). Acreditamos que o conhecimento ou a discussão sobre as causas das vazantes são itens fundamentais para uma reflexão sobre a prevenção de impactos futuros. Diante disso, acreditamos que esse aspecto fragilizou a observância dos princípios da lealdade ao interesse público e a disciplina da verificação durante a cobertura.

3 – A independência da cobertura

A magnitude dos impactos sociais e ambientais provocados pelas vazantes extremas ocorridas em 2005 e 2010 inevitavelmente colocaram o Estado como um dos protagonistas das coberturas. Cabia às diversas esferas de poder e seus órgãos executores dar respostas às demandas dos atingidos pelas secas por meio do planejamento e execução de ações emergenciais de mitigação dos problemas causados pelos fenômenos. Analisar os textos jornalísticos sob a lente da categoria de análise da independência direcionou-nos a investigar se houve uma abordagem das ações e responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005 e 2010 à luz do princípio geral do jornalismo de ser um monitor independente do poder (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). Os resultados quantitativos da análise de conteúdo, como dito anteriormente, mostram-se semelhantes entre os dois jornais se considerados apenas os números finais das duas coberturas nos quesitos analisados na categoria independência. Os dados apontam no sentido de os periódicos terem eleito os órgãos governamentais como principal fonte de informação e não terem tido com estes uma postura crítica a respeito de suas responsabilidades. Todavia, as entrevistas revelaram motivos distintos no interior das redações para esses resultados aparentemente iguais numericamente, motivo pelo qual trataremos separadamente os ocorridos no Diário do Amazonas e em A Crítica.

O jornal Diário do Amazonas teve o poder público como fonte principal de suas matérias sobre as secas. Nas duas coberturas, em 95,6% (média geral de 2005 e 2010) não houve qualquer tipo de citação ao efetivo cumprimento das ações anunciadas com grande espaço editorial nas páginas do matutino pelo poder público. Apenas 16,1% em média de todas as reportagens houve alguma problematização sobre quais seriam as responsabilidades do Estado frente aos problemas causados pelas vazantes e em 4,3% aparecem menções à ausência de políticas públicas de saneamento básico, educação, transporte e dinamização econômica voltadas para os municípios do interior do Estado como um elemento importante no agravamento dos impactos sentidos pelas populações afetadas pelos eventos climáticos extremos no Amazonas. Jornalistas entrevistados atribuem estes dados a influências governamentais junto à empresa, o que teria impedido uma postura mais independente do jornal.

Sempre há interferência do dono do jornal. Ou de forma explícita ou implícita. Já existem ordens dadas anteriormente. As orientações eram para "tomar cuidado". Existia o cuidado de não dizer que a seca estava sendo explorada politicamente de forma populista e assistencialista. O que nós fazíamos, de forma criativa e transversa, era colocar um box onde tinha uma informação sobre uma dispensa de licitação ou dizendo que a decretação de emergência permitia a compra sem licitação. Nós já sabíamos o que podia e não podia fazer (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Produzi uma matéria sobre a visita do ministro Ciro Gomes que estava pronta e editada. Sei porque eu fiquei no jornal e escrevi a matéria direto na página e saí do jornal acreditando que ela iria ser publicada. E para uma surpresa desagradável não foi, mas estava lá meu nome e vai ficar pra sempre. Quando cheguei no outro dia na redação que vi, eu chorei muito e disse: já que vocês são pagos pelo Governo do Estado, porque vocês não tiraram meu nome da matéria? E a pessoa responsável respondeu: desculpa, eu esqueci! Essa seca tem essa marca pra mim, é triste ver como certas pessoas não tem compromisso ético nenhum. E a matéria nem era tão crítica assim (Célia Santiago. Repórter do Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Em 2005, o jornal A Crítica consegue em 60,7% de suas matérias buscar juntos aos governos municipal, estadual e federal informações sobre o que estes estavam fazendo ou porque não estavam agindo para prevenir e mitigar as consequências das vazantes. Em 2010, o jornal seguiu a tendência do Diário do Amazonas, que desde 2005 na grande maioria dos textos contentou-se somente com os anúncios e números oficiais, deixando o

balanço geral das duas coberturas nos dois matutinos com 61,6% das reportagens onde os governantes não foram questionados criticamente sobre suas ações ou omissões diante da crise. Inversamente do que ocorreu no concorrente, os jornalistas de A Crítica, apesar de reconhecerem a influência do poder público na empresa, não relatam qualquer tipo de interferência na cobertura com o objetivo de evitar uma postura crítica em relação às ações ou omissões do Estado. Vejamos:

De um modo geral isso acontece devido a todo processo logístico. Há na realidade um descuido nesse sentido, pois existe sempre a ideia de que a melhor fonte para o assunto da seca é o DNPM⁴ e outros órgãos. São consideradas fontes qualificadas. Eu não concordo com isso. Acho que os caboclos e os ribeirinhos também têm suas ideias e suas formas de se organizar diante dos fenômenos. Têm também a sua observação sobre a recorrência destes fenômenos acumulando conhecimento. Mas as fontes do governo predominam graças a uma coisa que existe não só aqui, mas no Brasil que é essa coisa das coberturas oficiais. Fontes como o DNPM, INMET⁵ e Defesa Civil são fontes que os jornalistas equivocadamente acabaram privilegiando nessas coberturas (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

Quando ocorreu a cobertura, nós não tínhamos o cargo de diretor de redação. Tínhamos dois editores executivos. Isso não mudou de lá pra cá. Eu comecei na editoria de política e desde lá nunca houve uma censura prévia. Se faltou profundidade foi por despreparo nosso e não porque a empresa cerceou de alguma forma (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

O caso do jornal A Crítica merece uma atenção maior, já que no Diário do Amazonas os relatos dão conta de que a cobertura se viu afetada por “poderes alheios, dissimulados ou não, que correm pelas vias e veias da expressão jornalística” (CHAPARRO, 2001, p.8). Para entender melhor o ocorrido em A Crítica, precisamos levar em conta outro dado de que o Estado também não teve que se preocupar com a vigilância dos jornais em relação ao cumprimento das medidas anunciadas e repercutidas nas coberturas. A efetiva execução das ações, como a entrega das cestas básicas e dos kits de purificação de água, a construção dos poços e as demais aplicações dos recursos públicos liberados para socorrer as populações atingidas e ainda qualquer questionamento sobre se as

⁴ O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e circunscrição em todo o Território Nacional, com representação por superintendências e delegacias.

⁵ A análise, o monitoramento e a previsão do tempo e do clima no Brasil são feitos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

medidas eram mesmo eficientes ou exequíveis mereceram espaço em 4,5% das matérias nas duas coberturas de ambos os jornais. As explicações dadas pelos jornalistas podem ser confirmados na teoria de Frome (2008), segundo a qual nada envelheceu tanto nesse meio tempo quanto o despreparo das redações para lidar com as questões ambientais. Vejamos agora o que dizem os repórteres desses jornais fontes da nossa pesquisa:

Nós não tínhamos a capacidade de ter um olhar mais amplo para aquele fenômeno. Isso é fato. Sem precisar reler as matérias, só mesmo pelo que nós conseguimos fazer, pelo que nós tentamos fazer e pelo que foi publicado que a gente não sabia contrapor esse discurso (do governo). Não sabíamos se seria viável fazer tudo aquilo que estava previsto de acontecer. Não tínhamos condições de monitorar para saber se aquilo tudo aconteceu. Não tínhamos referências anteriores. Tivemos uma seca em 2005 e não conseguimos resgatar as informações para meio que comparar aquilo ali. Tivemos dois erros. O primeiro foi de não fazer essa mea-culpa, de assumir que não tínhamos como ir contra esse discurso (do governo) e o que podemos fazer para colocar um segundo elemento discursivo nisso aqui que está sendo posto pelo governo. O segundo erro era a questão da própria cobertura em geral não prestar atenção nisso. Naquele momento eu não prestei atenção porque estava envolvido na questão de estar indo pra rua e de meter o pé no barro. Acho que as pessoas que deviam prestar atenção no que estava sendo publicado não o fizeram, ou não souberam dar o toque ou não tiveram o *insigth* para nós irmos para outro lado. Tanto é que em determinado momento o grupo de repórteres que estava cobrindo sentiu que estava ocorrendo um pouco de repetição e as diferenças das matérias eram puramente geográficas (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Naquele momento, nós jornalistas, não tínhamos a percepção que o problema era bem maior que apenas a falta de comida e falta de água. O problema era a crônica e histórica falta de planejamento das autoridades com as questões humanas e ambientais em grande escala. Nós tínhamos espaço na redação para publicar, mas estávamos despreparados para trabalhar essa crítica (Antônio Ximenes. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 07.12.2011).

Os relatos acima chamam a atenção para o fato de que as secas de 2005 e 2010 terem provocado consequências mais graves em função da ausência de políticas públicas de saneamento básico e de inclusão social voltadas para os municípios do interior do Amazonas. O isolamento das comunidades, a falta de água potável, interrupção das aulas, racionamento de combustíveis e outras mazelas teriam menor impacto se as cidades

interioranas tivessem redes de tratamento de esgotos, estações de coleta e distribuição de água. No entanto, devido ao que dizem os jornalistas, este fato aparentemente notório escapou a cobertura das secas, pois em 94,6% de todas as matérias o assunto não é tratado podendo ter passado a impressão aos leitores de que a crise vivida àquela altura era fruto apenas e simplesmente de uma fatalidade climática.

O ponto negativo foi deixar o governo, não sei se intencionalmente ou não, se aproveitar para obter bônus político. Ao invés disso os jornais deveriam ter chamado para uma reflexão. Era o grande momento de chamar para um processo de educação ambiental, de alertar estudantes, professores e etc. que precisamos tomar cuidado com o clima. Destacar mais a opiniões dos cientistas, que ficaram em pequenos boxes. O grande destaque foi para as ações governamentais. Acho que a proporção deveria ser inversa, registrar as ações governamentais sem ufanismos, fazendo justiça às ações do governo e da Defesa Civil sem tom laudatório e dar espaço maior para os cientistas, para os professores, para os pesquisadores. Promover o debate no meio político. Em nenhum momento, por exemplo, se ouviu a opinião da Comissão de Meio Ambiente. Acho que a cobertura do que aconteceu foi boa, mas o espaço laudatório do governo deveria ter sido substituído pela reflexão sobre o fenômeno (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM durante as secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Os jornalistas Antônio Ximenes e Jorge Eduardo nos permitem observar um fator importante para o entendimento das coberturas das vazantes: não houve acúmulo de conhecimento dentro das redações no período de tempo entre os dois eventos climáticos extremos. O primeiro jornalista revela que em 2005 não havia uma compreensão mais ampliada da equipe de reportagem sobre os fenômenos que estavam cobrindo e, por isso, não conseguiram perceber que as secas não eram a causa dos problemas por ele retratados e sim a ausência histórica do Estado nos municípios do interior do Amazonas. O segundo jornalista deixa claro que pouco ou quase nada foi aproveitado das experiências vividas pelos repórteres de A Crítica na primeira cobertura e, portanto, a conclusão a qual chegou Antônio Ximenes e os demais integrantes da equipe, cinco anos antes, em nada ajudou na segunda cobertura os seus sucessores a realizar um trabalho jornalístico de maior amplitude e criticidade. A análise de conteúdo das coberturas demonstra que só 13,4% das matérias publicadas abordam os deveres do Estado em relação a prevenção e a mitigação das consequências das secas foram abordados.

A seca de 2005 ocorreu um ano antes das eleições para presidente da república, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais e a de 2010 antes e

durante o mesmo período eleitoral. As ações de mitigação dos efeitos das vazantes junto às populações afetadas envolveram a distribuição de cestas básicas, construção de poços artesianos e outras capitaneadas, principalmente, pelo governo estadual com recursos da União. Isso acrescentou um elemento a mais na importância da independência da cobertura jornalística dos fenômenos, que poderiam ter efeitos diretos sobre os resultados dos pleitos. A nossa pesquisa procurou também investigar junto a jornalistas e leitores qualificados sobre o possível uso eleitoreiro dos esforços empreendidos no sentido de atender aos afetados pelas secas, se essa possibilidade foi percebida pelas redações e, em caso afirmativo, como trataram a questão editorialmente. Todos os jornalistas entrevistados, desde os chefes de redação aos repórteres, passando pelos editores de cadernos, disseram ter consciência do risco real do uso eleitoreiro de ações emergências como as de combate aos efeitos da seca. É o que podemos perceber:

Houve (uso eleitoreiro) não só na seca, mas em todas as grandes tragédias. Os políticos locais e do resto do país tem se aproveitado destas situações. Aqui houve muitos casos de desvio de recursos. Infelizmente é recorrente isso. Acho que o papel da imprensa é fazer esse tipo de alerta, de suspeitar. Agora vamos levar em consideração que fica complicado detectar essas coisas no calor da tragédia. Fica muito mais fácil fazer esse acompanhamento na prestação de contas do que em cima da hora. Não sei responder precisamente se havia condições de fazer uma denúncia naquele momento (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

Acho que os políticos usam tudo. Eles usam e não ia ser diferente com a seca. Ainda mais que é um fenômeno que mobiliza e atinge muita gente. Você juntou aí eleitor e verbas. Usaram assim como usaram em 2005. Na de 2010, quando tomou a dimensão histórica a eleição estava resolvida e não houve muito tempo dos políticos aproveitarem esse cenário e nem da gente mostrar essa situação. Em 2005, nós mostramos mais esse negócio de desvio de cestas básicas (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Totalmente (uso eleitoreiro) (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Com certeza houve uso eleitoreiro. Inevitavelmente o Estado se beneficiaria de uma ação assistencial as vésperas de uma eleição devido a uma catástrofe que ele não tinha nenhuma responsabilidade, uma catástrofe natural. Ainda mais com o tom laudatório de certas matérias com declarações de autoridades

destacadas isso se amplia (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Neste item dedicado a categoria de análise da independência, buscamos averiguar como as responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das de 2005 e 2010 foram tratadas nas reportagens, ou seja, se os jornais pesquisados assumiram o posto de monitores independentes do poder durante as coberturas. O conjunto dos dados obtidos na análise de conteúdo e as entrevistas revelam o fato de que seja pela influência nefasta de interesses políticos no interior das redações, seja pela incapacidade momentânea de contrapor o discurso oficial e de elegê-lo como principal fonte de informações para as matérias, os dois matutinos não ofereceram aos seus leitores textos jornalísticos capazes de cumprir a função social do jornalismo de ser um interlocutor daqueles que não podem estar nos gabinetes das autoridades ou no palco dos acontecimentos e formular as perguntas de interesse público (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). Frome (2008, p.43), alerta que se os jornalistas “não podem fazer alguma forma de apreciação, ou contextualização, tornam-se vítimas de pessoas que fazem as declarações mais extravagantes e de interesse próprio”.

Considerações

As análises realizadas sobre a cobertura das secas de 2005 e 2010 na Amazônia nas categorias da precisão e independência revelaram fragilidades. Na categoria precisão, percebemos uma cobertura que não omitiu e tampouco supervalorizou os fatos (sensacionalismo), mas pôs-se predominantemente a retratar os dramas e as ações governamentais negligenciando informações sobre suas causas, fundamentais para uma reflexão sobre a prevenção de impactos futuros. A independência das coberturas se viu sitiada pelas relações inconfessáveis entre governos e veículos de comunicação em uma redação e pela falta de preparo dos jornalistas envolvidos para contrapor os discursos oficiais. Esses dois fatores elegeram as fontes oficiais, ligadas ao Estado, como principais origens das informações publicadas e converteram a maior parte do conjunto das matérias publicadas em canais acrílicos a veiculação das ações do poder público em 2005 (ano pré-eleitoral) e durante as eleições de 2010. Com isso, os leitores dos matutinos pesquisados não puderam contar com a contribuição do jornalismo como monitor independente do poder e capaz de reverberar seus pleitos e alertá-los sobre a não observância dos seus direitos, função essa legada ao jornalismo nas sociedades democráticas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.
- CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Editora Minerva: Coimbra, 2001.
- FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LASWELL Harold D. **Politics: who gets what? when? how?** New York: Whittlesey House, 1936.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para edição jornalística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.
- SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Sthepen D. **Mediating the message, theories on influences on mass media content**. 2 ed. White Plains/NY: Longman, 1996.
- WEBER, Robert P. **Basic content analysis**. 2 ed. Newbury Park/CA: Sage, 1990.